

RELATÓRIO B – Relatório Compreensivo de Progresso do Programa ARPA



Dezembro de 2015

Período de Abrangência: 2013 a outubro de 2015

1 SUMÁRIO

Apresentação:	5
1. Sumário Executivo	6
2. Consolidação e Gestão de Unidades de Conservação	14
2.1 Análise da Situação Atual e Avanços - Consolidação Grau I:	14
2.2 Análise da Situação Atual e Avanços - Consolidação Grau II:	18
3. Condições de desembolsos	22
4. Execução Financeira	37
5. Considerações Finais	38
6. ANEXO	39

LISTA DE SIGLAS

ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia

CFT – Comitê do Fundo de Transição

CP - Comitê do Programa

DIBio – Diretoria de Biodiversidade

ESEC – Estação Ecológica

FAP - Fundo de Áreas Protegidas

FAUC - Ferramenta de Avaliação das Unidades de Conservação

FT – Fundo de Transição

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

GEF - Fundo para o Meio Ambiente Global

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MOP- Manual Operacional do Programa

MR – Marco Referencial

OG – Órgão Gestor

PARNA – Parque Nacional

PC – Plano de Consolidação

PE – Parque Estadual

PO - Planejamento Operativo

RESEX – Reserva Extrativista

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO – Reserva Biológica

UCP/MMA - Unidade de Coordenação do Programa ARPA

UC – Unidade de Conservação

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

TCU – Tribunal de Contas da União

1. APRESENTAÇÃO:

O presente relatório tem como objetivo permitir aos tomadores de decisão do Programa ARPA - Comitê do Programa (CP) e Comitê do Fundo de Transição (CFT) avaliar com detalhes o desempenho do Programa ARPA e subsidiar o processo de planejamento bienal, bem como permitir ao CFT avaliar o cumprimento das Condições de Desembolso.

O documento apresenta informações detalhadas sobre o nível de cumprimento de cada condição de desembolso, conforme as métricas definidas pelo CFT, no Manual Operacional do Programa (MOP).

Com intuito de apresentar o status de consolidação das UCs, o documento foi elaborado a partir dos resultados da aplicação da Ferramenta de Avaliação das Unidades de Conservação (FAUC), que determinou a situação da gestão das Unidades de Conservação (UC), a partir do conjunto de Marcos Referenciais (MR) definidos pelo Programa ARPA.

Os valores de execução financeira dos recursos do Fundo de Transição foram apresentados pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), e correspondem ao período de novembro de 2014 a agosto de 2015. Além disso, são apresentados dados de execução financeira, referente aos recursos aportados pelos Órgãos Gestores (OG) para os anos de 2011 e 2014, a título de contrapartida aos recursos de doação.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa ARPA tem por objetivo consolidar, no mínimo, 60 (sessenta) milhões de hectares de UCs no bioma Amazônico, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

Além de assegurar a conservação de uma amostra representativa da biodiversidade da Amazônia, o Programa ARPA também tem como meta a manutenção de serviços ecossistêmicos na região, inclusive aqueles relacionados com a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Efetivamente, esses resultados são alcançados pela combinação da adoção de metas claras para elementos específicos da gestão de UC (proteção, planos de manejo, conselhos e etc.), que se traduzem em uma gestão efetiva *vis-à-vis* a conservação da biodiversidade, atrelada a uma fonte segura de financiamento, garantindo o apoio à expansão e consolidação do SNUC na Amazônia e a integração das UCs com as populações beneficiárias e residentes em seu entorno.

O Programa foi desenhado para ser executado em 3 (três) fases interdependentes e contínuas em um horizonte de 16 anos, com o desafio de apoiar a proteção destes 60 milhões de hectares de florestas na Amazônia por meio do suporte à consolidação de unidades de conservação já existentes e à criação e consolidação de novas unidades.

A **Primeira fase** do ARPA teve um aporte de US\$ 115 milhões e duração de sete anos (2003 a 2010). Todas as metas estabelecidas foram alcançadas e algumas até superadas. Seus principais desafios foram:

- Contribuir para o estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC);
- Identificar as áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação;
- Constituir um fundo fiduciário para o financiamento das atividades de administração e proteção das unidades de conservação;
- Desenvolver estudos para identificação de mecanismos inovadores de geração de renda e elaboração de estratégia de ação.

A **fase II do ARPA** teve um aporte de R\$ 20 milhões do Fundo Amazônia, por meio do BNDES, EUR 20 milhões do KFW e US\$ 15,9 milhões do GEF, por meio do Banco Mundial. Sua duração foi prevista, inicialmente, para o período de 2010 a 2015,

mas será estendida até 2017, assumindo grande relevância para o sucesso do Programa no longo prazo, considerando-se dois aspectos principais:

- Consolidar os expressivos resultados alcançados na Primeira Fase;
- Contribuir de forma contínua com a manutenção das áreas protegidas, criadas e consolidadas, mediante a captação de recursos, a capitalização de um fundo fiduciário e a implementação de instrumentos de geração de receita.

As metas da Fase II foram mais ambiciosas, que os estabelecidos na Fase I, a saber:

- Apoiar a criação de 13,5 milhões de hectares de novas UC de proteção integral e uso sustentável;
- Consolidar 32 milhões de hectares de UC apoiadas na Primeira Fase, sendo 23 milhões de hectares em grau I e nove milhões de hectares em grau II e incluindo 6,5 milhões de hectares de UC ainda não apoiadas pelo Programa;
- Capitalizar o Fundo de Áreas Protegidas (FAP) em US\$ 70 milhões.

A **fase III do Programa**, prevista inicialmente, para o período de 2015 a 2018, teve sua estratégia alterada em função do detalhamento das projeções de custos, que apontou para indisponibilidade de recursos para a consolidação plena e manutenção de todas as UCs apoiadas pelo Programa ARPA. Conseqüentemente, o Programa ARPA adota nesta fase III, uma nova estratégia financeira, criando o Fundo de Transição, que consiste em um novo mecanismo de financiamento que permite o aumento gradativo do aporte de recursos públicos para a gestão e manejo das UCs no prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

Nos primeiros anos dessa nova estratégia, as UCs consolidadas, passam a receber apoio do Fundo de Transição, que incorpora os recursos do extinto Fundo de Áreas Protegidas (FAP). Dessa forma, os compromissos originalmente estabelecidos para a Fase II serão cumpridos e o número de UCs apoiadas pelo Fundo de Transição crescerá gradualmente.

A fase III foi instituída pela Portaria N° 187 de 22 de maio de 2014. Além disso, merece destaque o Decreto n° 8.505 de 20 de agosto de 2015, que reforça os objetivos do Programa ARPA, descrevendo sua duração ao longo dos próximos 25 anos e reformula a estrutura do Comitê do Programa.

Atualmente o Programa apoia **114** (cento e catorze) **UCs**, sendo que 11 (onze) UCs fazem para o Programa ARPA **gestão integrada**, sendo assim, para fins de relatoria e execução financeira **são consideradas 103 UCs**.

No âmbito da fase III foram apoiadas, com recursos do Fundo de Transição, 7 (sete) UCs no biênio 2014/2015.

De acordo com os resultados mais recentes da Ferramenta de Avaliação das Unidades de Conservação (FAUC), 9 (nove) UCs, que correspondem a 5.571.028 ha, alcançaram as metas do Programa e são consideradas consolidadas em grau I, enquanto que outras 22 (vinte e duas) UCs (5.699.386 ha) estão em estágio avançado de consolidação. Em relação às UCs que recebem apoio para consolidação em grau II, 2 (duas), somando 428.563,08 ha, alcançaram as metas e são consideradas consolidadas, e outras 5 (cinco) (1.401.332,67 ha) estão em estágio avançado de consolidação¹.

A respeito da consolidação em grau I merece destaque os Marcos Referenciais (MR) de *Sinalização* e de *Equipamentos*, os quais apresentaram 12 (doze) e 11 (onze) UCs, respectivamente, alcançando a meta para consolidação entre 2013 e 2015. Da mesma maneira, destaca-se o Marco Referencial de *Formação do Conselho* em função de parcela significativa das UCs (94%) ter alcançado a meta deste indicador.

Para as UCs de grau II, o MR Monitoramento da Biodiversidade foi o que apresentou o maior número de UCs (7 UCs federais) alcançando a meta do indicador na FAUC/2015.

A fase III teve sua execução iniciada em novembro de 2014 com apoio a consolidação ou manutenção pós-consolidação de 7 (sete) UCs. Durante esse período foram executados com recurso de doação, até agosto de 2015, R\$ 1.586.086,29.

No biênio 2016/2017 serão apoiadas 35 UCs que correspondem as 7 anteriormente apoiadas, 5 que alcançaram a consolidação em 2015, 12 UCs, recentemente apoiadas pelo ARPA, e 11 que apresentaram estágio avançado de consolidação atrelado a uma boa taxa de execução financeira.

Considerando as metas e objetivos para esta nova fase foi definido um conjunto de indicadores, denominados Condições de Desembolso, que servem de parâmetro para

¹ No próximo capítulo deste relatório será possível visualizar a lista das UCs consolidadas e das UCs em estágio avançado de consolidação, bem como a indicação do marco referencial pendente para consolidação.

subsidiar o Comitê do Fundo de Transição na definição do volume de recursos a ser desembolsado para as UCs apoiadas pelo Programa ARPA, nesta sua fase III.

Foram estabelecidas 11 (onze) Condições de Desembolso, cada uma dessas condições possui seu conjunto de métricas para apuração dos indicadores e tem um peso diferente na avaliação, ou seja, existem condições que irão afetar mais que outras o volume de recursos a ser desembolsado. Além disso, algumas Condições de Desembolso avaliam a execução do Programa ARPA como um todo, enquanto outras avaliam a execução do Programa ARPA especificamente por cada Órgão Gestor.

Das onze Condições de Desembolso, 8 (oito) foram plenamente atendidas, as demais seguem com status de atendimento parcial. Este atendimento parcial se dá pelo fato de que algumas condições imprimem maior desafio para o Programa, por exemplo, a condição de n°11 (onze) (número de funcionários nas UCs) e a de n° 9 (nove) (aumento dos recursos financeiros não- salariais), as quais requerem um maior comprometimento e envolvimento dos órgãos gestores.

Ademais, cabe destacar que algumas condições de desembolso, como a n° 3 (três) que trata de relatoria financeira tem 2016 como prazo, e outras estão em fase de desenvolvimento como o caso da n° 7 (sete) Protocolo de Monitoramento e n° 8 (oito) Criação de novas UCs, que possuem metas intermediárias.

As informações detalhadas sobre cada condições de desembolso são apresentadas no item 5 deste relatório, enquanto que a tabela 1 apresenta de forma resumida a situação de cumprimento das condições de desembolso.

Tabela 1: Resumo e nível de cumprimento de cada condição de desembolso

Nº	Condição de Desembolso	Nível	Descrição	Resultados	Status de cumprimento
1	MOP do ARPA alinhado com o Objetivo do Fundo de Transição	ARPA	CFT determina se eventuais alterações no MOP, notadamente no Módulo 1, respeitam o Objetivo do ARPA e o Objetivo do FT conforme definido em Novembro de 2013, ou se de qualquer forma tem o potencial de enfraquecer o Programa ARPA. Periodicidade da avaliação: Sempre	As alterações realizadas, até o momento, foram feitas com intenção de aprimorar os fluxos e a atuação do Programa ARPA, bem como atualizar dados defasados. Portanto não alteram/comprometem os objetivos do Programa, são elas: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Regra dos 15% atualizada no módulo I, ✓ Política de Investimento inserida no Anexo 2.2, ✓ Lista de UCs atualizada, ✓ Decreto 8505/2015. 	Condição atendida
2	Inexistência de perda líquida de UCs	ARPA	Não existe perda líquida: 1) de cobertura de área total protegida em hectares, 2) da qualidade ambiental de UCs, ou 3) da representatividade social e ecológica (usando os padrões geralmente aceitos), dentro do ARPA, tomando por base a cobertura de áreas de dezembro de 2013 mais as áreas de nova criação da Condição de Desembolso 8. Além disso, não pode ocorrer vazamento: se uma UC do ARPA é desafetada ou diminuída e substituída por uma UC que não estava anteriormente no ARPA, tal substituição não pode resultar numa diminuição da área total de UCs semelhantes na Amazônia Brasileira como um todo. Periodicidade da avaliação: Sempre	O Programa ARPA apresentou ganho líquido total 6.997.243 hectares <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliação da RESEX Médio Juruá de 251.577,13 ha para 286.932,94 ha, ✓ Criação da RDS Puranga Conquista com 86.233 ha, a partir do Parque Estadual do Rio Negro, ✓ Criada ESEC Alto Maués 700 mil ha ✓ Adesão de 18 UCs (cerca de 7 milhões de há). 	Condição atendida
3	Relatórios Financeiros por UC	Órgão Gestor	A partir de 2016, cada OG produz um relatório anual com todas as fontes de recursos utilizados em cada UC. Periodicidade da avaliação: Sempre	Todos os Órgãos gestores enviaram à UCP a contrapartida referente ao ano de 2014, entretanto destacam-se as seguintes observações: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Existe dificuldade dos estados em obter os dados sobre os recursos (investimentos correntes) de fonte governamental e não governamental nas UCs; ✓ Nota-se baixo aporte de recursos, especialmente não salariais; ✓ Detalhamento apenas por UC e por categoria de gastos, não sendo ainda possível apresentar detalhamento por marco referencial; 	Prazo 2016. Condição atendida em 2015

				Para tanto, trabalha-se na contratação de consultor que auxilie os OG na qualificação dos dados financeiros e atendimento desta condição no detalhamento solicitado para 2016.	
4	Plano de Consolidação	Órgão Gestor	Cada OG, além do ICMBio, desenvolve e segue um plano de consolidação plurianual até 2020, incluindo metas por UC (essas não precisam ter detalhes por sub-projeto). Esses planos devem ser consistentes com as metas globais de consolidação do ARPA (ou seja, compatíveis com a meta de 60M ha total-ARPA em 2020, e com as metas de pessoal). Incluirá os níveis de pessoal por UC. Esses devem ser aprovados pela Secretaria de Meio Ambiente ou pela unidade gestora de UCs de cada estado. Periodicidade da avaliação: 2015 e atualizações até todas as UCs estarem consolidadas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Plano de Consolidação do ICMBio foi apresentado em 2013 e os Planos de Consolidação das UCs estaduais foram apresentados em 2015. Todos estão em harmonia com as metas do Programa 	Condição atendida
5	Requerimento por parte do MMA de Recursos adicionais para complementar o FT	ARPA	CFT determina se o Governo Federal da República Federativa do Brasil requereu doações para o FT do Governo da Alemanha e do GEF, nos valores estabelecidos no Protocolo de Intenções firmado na data de conclusão deste MOP, e desempenhou seus melhores esforços para garantir a captação desses recursos adicionais em prazos razoáveis Periodicidade da avaliação: Conforme estabelecido a exclusivo critério do CFT	<ul style="list-style-type: none"> ✓ MMA em articulação com BNDES para doação e assinatura de ACT ✓ Doação de 31 milhões de euros do KfW foi oficializada em agosto de 2015. ✓ MMA em articulação com GEF para doação de 30 milhões de dólares. 	Condição atendida
6	Aumento da execução orçamentária do ICMBio	ARPA	ICMBio efetivamente recebe e executa, em 2014, um orçamento de R\$17.6 milhões para despesas não-salariais do ARPA. Periodicidade da avaliação: 2015	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 100% da meta alcançada – ICMBio executou, com despesas não salariais, nas UCs apoiadas pelo ARPA, R\$ 17.667.674,34, em 2014 	Condição atendida

7	Monitoramento da conservação da Biodiversidade	Órgão Gestor	<p>Para as UCs federais: o monitoramento da conservação da biodiversidade (incluindo biodiversidade, uso de recursos e/ou uso do solo/cobertura vegetal) é implementado de acordo com as metas do planejamento do ICMBio, e a compatibilidade entre os protocolos adotados por ICMBio para as UCs da Amazônia e os protocolos aprovados pelo Programa ARPA. Para os estados: até 2015, as metas de monitoramento da conservação da biodiversidade (incluindo biodiversidade, uso de recursos e uso do solo/cobertura vegetal) são apresentadas para todas as UCs de Grau II apoiadas pelo Programa ARPA, e a compatibilidade entre os protocolos adotados por ICMBio para as UCs da Amazônia e os protocolos aprovados pelo Programa ARPA. Para MMA: Plano para a compilação anual atualizado de informações sobre cobertura florestal em 2014, e apresentação de informações anualmente.</p> <p>Periodicidade da avaliação: Federal (5 UCs com Monitoramento da Biodiversidade em 2014, usando protocolos do ICMBio, e Monitoramento consolidado e permanente em 2020 para todas as UCs de Grau II).</p> <p>Estadual (Plano Final para estabelecimento de monitoramento de todas as UCs apoiadas pelo Programa ARPA apresentado em 2015)</p> <p>MMA (Todas as UCs de Grau II com monitoramento consolidado e permanente em 2020)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Para as UCs federais – Meta 2014 alcançada com 12 UCs em grau II estão em processo de implantação e amostragem dos indicadores (nível básico) e 7 UCs federais em grau II estão em processo de capacitação e depois iniciarão processo de implantação do Programa. ✓ O Protocolo de Monitoramento, proposto pela DIBio/ICMBio foi apresentado para CP, o qual avaliará a aprovação do mesmo, como protocolo ARPA em próxima reunião, prevista para novembro de 2015. ✓ Para as UCs estaduais existe a proposta de implementação do protocolo do ICMBio nas UCs estaduais, sendo assim, foi apresentado em algumas instâncias do Programa com intuito de abrir discussão e verificar possibilidades de adotar este mesmo protocolo como Protocolo ARPA, e após a aprovação deste protocolo, pelo CP, ainda em 2015 as UCs elaborarão seu plano final para estabelecimento de monitoramento. 	Condição parcialmente atendida
8	Criação de novas UCs (conforme planejamento)	ARPA	<p>Área de UC oficialmente criada a partir de 1/1/2014 no âmbito do Programa ARPA (dos 5 tipos de UCs destacados neste MOP), inclusive instrumento legal (decreto ou lei).</p> <p>Periodicidade da avaliação: 2014 (1 M ha), 2015 (2 M ha), 2016 (3 M ha), 2017</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criada ESEC Alto Maués 700 mil ha- <u>Decreto s/n de 16 de outubro de 2014.</u> ✓ 01 processo (ESEC Mamuru) concluiu estudos ao final de 2014, e aguarda publicação (126.302 ha), ✓ 14 processos de criação sendo apoiados (5,9 milhões de ha). 	Condição parcialmente atendida 25% meta atendida

9	Aumento dos recursos Financeiros não-salariais	Órgão Gestor	<p>Durante o período anterior (dois anos) cada OG utiliza um valor médio mínimo, especificado por ano, para as UCs do ARPA, de todas as fontes financeiras de não-doadores (ou seja, orçamento, compensação, ou receitas próprias), para financiar os sub-projetos do Programa ARPA. Esse mínimo de financiamento é definido em uma agenda (exclusiva para cada OG), seguindo uma trajetória de crescimento que chega a 100% do financiamento não-doador requerida até o final da vigência do FT. O GF deverá realizar este cálculo e disponibilizá-lo dentro da ferramenta da Fórmula que estará disponível no seu site para download.</p> <p>Periodicidade da avaliação: Sempre</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Condição deverá ser mensurada a partir de 2016, pois a fase III teve sua execução iniciada em novembro de 2014. Com isso o compromisso de aumento orçamentário para as UCs foi assumido posteriormente à destinação de recursos referente a 2014. ✓ Análise de incremento no valor aportado pelos OG até 2014 demonstra que apenas ICMBio, Tocantins e Amapá apresentaram tendência de aumento na contrapartida condizente com a trajetória de aumento definida para cada OG 	Condição a ser analisada a partir de 2016
10	Desempenho de consolidação	Órgão Gestor	<p>% do total agregado da meta de consolidação alcançada pelas UCs (excluindo o nível de pessoal), conforme especificado no plano de consolidação por OG.</p> <p>Periodicidade da avaliação: Sempre</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Plano de Consolidação das UCs estaduais foi elaborado em 2015, sendo assim, o desempenho de consolidação destas UCs será monitorado através da FAUC a partir de 2016. ✓ Os PEP de todas as UCs apoiadas foram elaborados em concordância com os Planos de Consolidação. ✓ De acordo com os planos de consolidação elaborados, 24% das UCs estarão consolidadas até 2017, 76% até 2018, e 100% em 2019. 	Condição atendida
11	Número Funcionários	Órgão Gestor	<p>% das UCs que atingiram sua meta de pessoal, conforme especificado nos planos de consolidação de cada OG.</p> <p>Periodicidade da avaliação: Sempre</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O Plano de Consolidação das UCs estaduais foi elaborado em 2015, sendo assim, o monitoramento desta condição será realizado através da FAUC, a partir de 2016. ✓ 100% das UCs federais possuem meta de pessoal condizente com seu Plano de Consolidação 	Condição atendida

3. CONSOLIDAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A análise da situação atual e dos avanços em termos de consolidação das unidades de conservação que recebem apoio do ARPA, foi realizada considerando o conjunto de Marcos Referenciais do programa para as UCs em consolidação grau I, e em consolidação grau II.

Para avaliar o status de consolidação das UCs, foram utilizados os resultados da aplicação da Ferramenta de Avaliação das Unidades de Conservação (FAUC) referente aos anos de 2013 a 2015, que determinou a situação da gestão das unidades de conservação, nos dois graus de consolidação apoiados pelo Programa.

Vale mencionar que o ICMBio desenvolveu ferramenta de monitoramento anual para avaliação da efetividade de gestão de unidades de conservação e dos instrumentos de gestão. A ferramenta conhecida como SAMGe (Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão) está sendo aplicada em todas as UCs apoiadas pelo ARPA, tanto no âmbito federal como estadual, em caráter experimental.

A ferramenta foi apresentada aos membros do Fórum Técnico e coordenações regionais do ICMBio, os quais participaram de capacitação sobre aplicação e potencialidades da ferramenta. Na oportunidade foi iniciado o preenchimento pelos gestores das UCs, e os resultados desta primeira aplicação serão validados na oficina de planejamento, que será realizada em novembro de 2015.

3.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL E AVANÇOS - CONSOLIDAÇÃO GRAU I:

Atualmente, o Programa apoia 65² (sessenta e cinco) Unidades de Conservação em grau I de consolidação, o que equivale a uma área de 32.958.961 ha. O apoio do Programa visa o alcance dos seguintes MRs:

² Desconsidera as UCs que fazem gestão integrada: Mosaico do Apuí (5 UC); Parque Estadual Rio Negro Setor Sul que, desde 2014, faz gestão integrada com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista; Resex Marinha Cuinarana faz Gestão integrada com as Resex Maracanã, Chocoaré-Mato Grosso e Mestre Lucindo; Resex Marinha Mocapajuba que faz gestão integrada com Resex Mãe Grande Curuçá e Resex São João da Ponta; e a RDS Matupiri que faz Gestão integrada com PE Matupiri.

Tabela 2. Indicadores para Alcance da Consolidação em Grau I

Marco Referencial	Indicador	Meta
Plano de manejo	Plano de manejo aprovado	100%
Gestão Participativa	Conselho Oficialmente Constituído	100%
Proteção	Implementação do Plano Básico de Proteção	50%
Sinalização	Sinalização dos principais pontos de acesso as UCs	30%
Equipamentos	Aquisição e manutenção de equipamentos mínimos	45%
Instalações	Manutenção de instalações existentes	5%
Equipe Técnica	Equipe Técnica com no mínimo 2 funcionários.	50%
Monitoramento	Monitoramento de ao menos um indicador socioambiental	100%

FONTE: adaptado do Manual Operacional do Programa

Como se pode observar no gráfico 1 abaixo, tem-se um resultado positivo para todos os indicadores em relação ao número de UCs que alcançaram os Marcos Referenciais do Programa para grau I.

Merece destaque os MRs, *Sinalização*, *Equipamentos* com 12 e 11 UCs alcançando a meta destes indicadores no período avaliado. Da mesma maneira, destaca-se o MR *Formação do Conselho* em função de parcela significativa das unidades, 94%, ter alcançado a meta para consolidação em grau I (figura 1).

Em contrapartida, para o Marco Referencial de *Plano de Manejo*, apenas 37% das UCs alcançaram a meta para consolidação em grau I. Com intuito de melhorar os resultados deste Marco Referencial, e o cenário de alcance das metas foi realizada em outubro de 2015, em Belém, oficina para auxiliar os gestores na elaboração dos Termos de Referência e na contratação de serviços, referente aos Planos de Manejo de 20 (vinte) UCs.

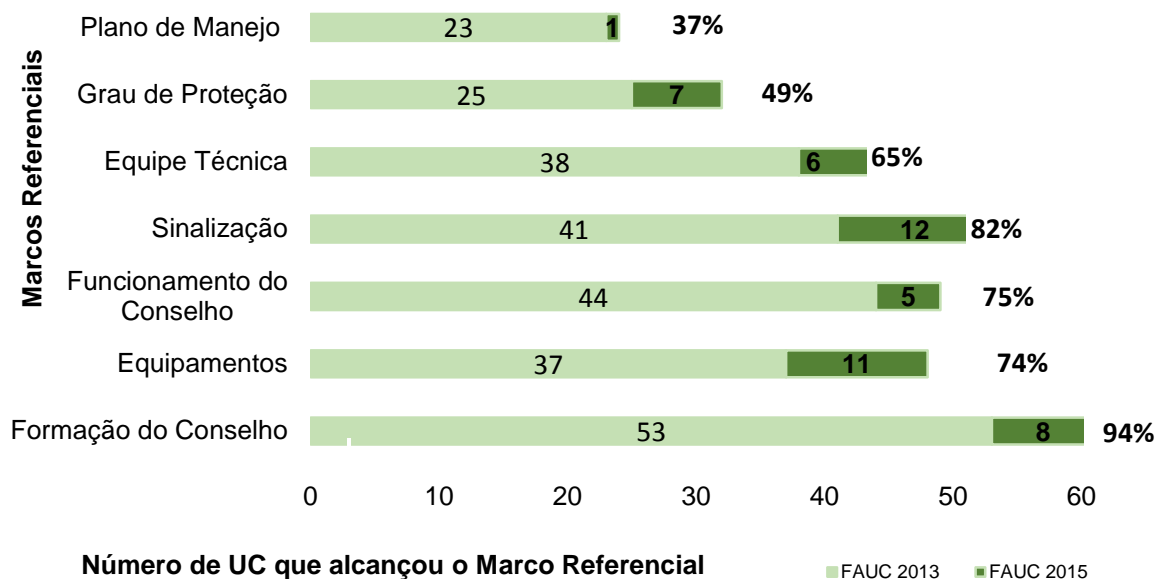


Figura 1: Número de Unidades de Conservação que alcançaram os Marcos Referenciais do Programa para consolidação em grau I em 2015, em relação ao número de unidades que os alcançaram na aplicação da FAUC em 2013

Cabe destacar que o Parque Nacional Serra da Cutia, a Reserva Extrativista Barreiro das Antas e a Reserva Extrativista Rio Jutai ainda apresentam equipe mínima inferior à meta de 2 (dois) funcionários para grau I, apesar do alcance na meta para todos os demais Marcos Referenciais.

A Reserva Extrativista Rio Jutai, juntamente com o Mosaico do Apuí, o Parque Nacional do Juruena e a Reserva Extrativista Arapixi, em função do status de consolidação avançado nas FAUC 2013 e 2014, começaram a operar a fase III do Programa, com o primeiro desembolso do Fundo de Transição em novembro de 2014.

Da mesma maneira, na tabela 3 (três) são apresentadas as UCs que alcançaram a consolidação em grau I em 2015, e que, portanto juntamente com a Resex Rio Jutai, PN Juruena, Resex Arapixi e Mosaico Apuí, passam a receber recurso do Fundo de Transição a partir do próximo biênio, juntamente com as UCs que encontram-se em estágio avançado de consolidação e apresentaram boa taxa de execução no PO vigente, destacadas na tabela 4 (quatro).

Tabela 3. Unidades de Conservação consolidadas em grau I, em 2015

Nº	Órgão Gestor	Unidade de Conservação	Área (ha)	UCs que passam a receber recurso do FT no próximo biênio
1	ICMBio	PN Serra da Cutia	283.612	x
2	ICMBio	RESEX Barreiro das Antas	107.234	Passa receber recurso FT em 2016x
3	ICMBio	RESEX Rio Jutaí	275.533	Já recebe recurso fase III
4	ICMBio	PN Juruena	1.957.000	Já recebe recurso fase III
5	ICMBio	RESEX Rio Unini	833.352	x
6	ICMBio	RESEX Arapixi	133.637	Já recebe recurso fase III
7	AM	RDS Rio Amapá	214.133	x
8	AM	Mosaico do Apui ³	1.368.970	Já recebe recurso fase III
9	AM	RDS Igapó-Açu	397.557	x
Total			5.571.028	

Fonte: Unidade de Coordenação do Programa/MMA

Outras 22 (vinte e duas) UCs encontram-se em estágio avançado de consolidação, sendo que 19 (dezenove) dependem apenas do Plano de Manejo e/ou Proteção (Tabela 4), corroborando com o baixo percentual de UCs que conseguiram alcançar a meta para estes indicadores, respectivamente 37% e 49%.

Tabela 4: Unidades de Conservação em estágio avançado de consolidação em Grau I, de acordo com a FAUC 2015

Nº	Órgão Gestor	Unidade de Conservação	Área (ha)	Marco Referencial não alcançado	Ano previsto para Consolidação	UCs que passam a receber recurso do FT no próximo biênio
1	ICMBio	ESEC de Maracá Jipioca	72.000	Plano de Manejo	2018	
2	ICMBio	ESEC de Niquiá	283.600	Plano de Manejo	2018	x
3	ICMBio	PN Serra Da Mocidade	350.960	Plano de Manejo	2018	x
4	ICMBio	RESEX Maracanã	30.019	Plano de Manejo	2018	x
5	ICMBio	RESEX do Rio Cautário – ICMBio	73.817	Plano de Manejo	2018	
6	ICMBio	RESEX Alto Tarauáca	151.200	Plano de Manejo	2018	
7	RO	ESEC Serra dos Três Irmãos	117.928	Plano de Manejo	2019	
8	RO	RESEX Estadual Rio Cautário	146.400	Plano de Manejo	2017	x

³Representa 5UCs

9	RO	RESEX Rio Preto-Jacundá	95.300	Plano de Manejo	2017	
10	ICMBio	PN Nascentes Do Lago Jari	812.141	Plano de Manejo	2017	
11	AM	RDS Uatumã	424.430	Proteção	2018	
12	AM	RESEX Rio Gregório	477.042	Proteção	2018	
13	AM	RDS do Juma	589.611	Proteção	2018	x
14	AM	RESEX Canutama	197.986	Proteção	2018	x
15	AM	RDS do Rio Madeira	283.117	Proteção	2018	x
16	ICMBio	RDS Itatupã	64.735	Plano de Manejo e Equipe técnica	2016	
17	ICMBio	RESEX Mapuá	94.464	Plano de Manejo e Equipe técnica	2018	
18	ICMBio	RESEX de Cururupu	185.047	Plano de Manejo e Equipe técnica	2017	
19	MT	PE Xingu	95.024	Plano de Manejo e Equipe técnica	2019	
20	ICMBio	PN Serra do Divisor	842.736	Funcionamento do Conselho	2016	x
21	PA	PE Serra Dos Martírios/Andorinhas	24.897	Funcionamento do Conselho	2016	
22	ICMBio	RESEX Médio Juruá	286.932	Equipamentos	2017	x
Total			5.699.386			

Fonte: Unidade de Coordenação do Programa/MMA

Cabe destacar, que a consolidação é um processo e o resultado é contabilizado apenas quando a UC alcança a meta em todos os MRs. Nesse sentido, o anexo II apresenta o histórico de evolução das UCs de grau I ao longo dos anos (2010 a 2015) e a lacuna correspondente, de modo a demonstrar a evolução das UCs em relação a consolidação.

3.2 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL E AVANÇOS - CONSOLIDAÇÃO GRAU II:

Atualmente o Programa apoia 36 (trinta e seis) Unidades de Conservação para consolidação em grau II, o que equivale a uma área de 26.248.850 hectares. Destacam-se o Parque Estadual do Cantão, Reserva Biológica do Jarú consideradas consolidadas e em execução na fase III do Arpa, a partir do Plano Operativo 2014/2015.

O apoio para consolidação das Unidades de Conservação em grau II visa o alcance dos MRs presentes na tabela abaixo:

Tabela 5. Indicadores para Alcance da Consolidação grau II

Marco Referencial	Indicador	Meta
Plano de Manejo	Plano de Manejo atualizado	100%
Gestão Participativa	Conselho Capacitado e em Funcionamento	50%
Sinalização	Manutenção e reforço da sinalização da UC em alinhamento com o Plano de Manejo	100%
Demarcação	Materialização dos limites da UC em pontos estratégicos da UC demarcação	100%
Situação fundiária	Levantamento da situação fundiária e preparação para ações de regularização fundiária	100%
Termos de Compromisso para unidades de proteção integral ou Concessão de Direito Real de Uso para unidades de uso	Construção e assinatura dos termos de compromisso	100%
Pesquisa	Desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre desafios de manejos das UCs	100%
Monitoramento	Implementação dos Protocolos de Monitoramento do Programa	100%
Proteção	Proteção e Operacionalização da UC alinhada com o Plano de Manejo	80%
Equipe Técnica	Equipe Técnica com no mínimo 5 funcionários	100%
Equipamentos	Aquisição e manutenção de equipamentos	100%
Instalações	Construção e manutenção da sede, centro de convivência	100%

FONTE: Adaptado de Manual Operacional do Programa.

Como se pode observar na figura 2 (dois) abaixo, houve significativo incremento no número de Unidades de Conservação que alcançaram as metas estabelecidas pelos MRs para consolidação em grau II. Os maiores avanços são observados em *Funcionamento do Conselho* com 8 (oito) novas UCs, *Monitoramento* com 7 (sete), e *Plano de Manejo* com 5 (cinco) novas UCs alcançando a meta no período avaliado.

Além disso, merece destaque o MR *Formação do Conselho* que apresenta a maior porcentagem (97%) de Unidades que alcançaram a meta para esse indicador. O MR *Funcionamento do Conselho*, também apresenta uma alta porcentagem de consolidação, com 92% das UCs atendendo a meta do indicador. Da mesma maneira, 87% das UC alcançaram a meta do MR *Plano de Manejo*.

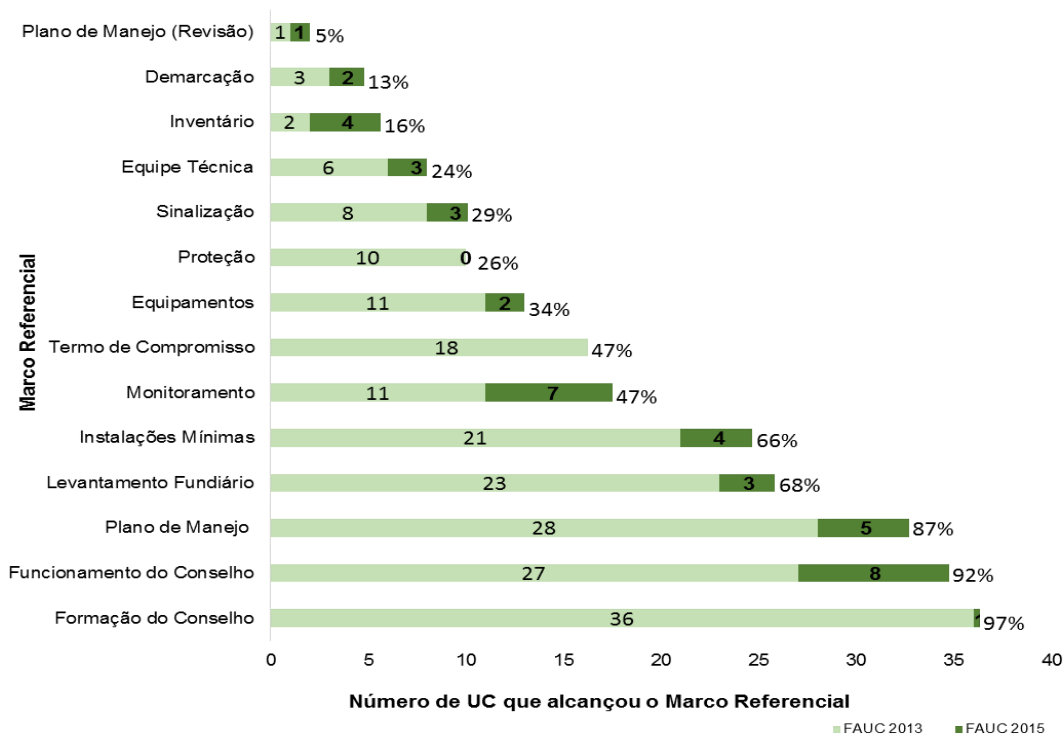


Figura 2. Número de Unidades de Conservação que alcançaram os Marcos Referenciais do Programa para consolidação em grau II em 2015, em relação ao número de unidades que os alcançaram na aplicação da FAUC em 2013.

As unidades Parque Estadual Cantão e Reserva Biológica Jarú atingiram a meta de consolidação em grau II para todos os MRs do Programa, e executam desde 2014 com recursos do Fundo de Transição na fase III do Programa (Tabela 6).

Tabela 6. Unidades de Conservação consolidadas em grau II, de acordo com dados da FAUC 2015

Órgão Gestor	Unidade de Conservação	Área (ha)
ICMBio	REBIO Jarú	328.150,00
Tocantins	PE Cantão	100.413,08
	Total	428.563,08

Fonte: Unidade de Coordenação do Programa/MMA

Ademais outras 5(cinco) Unidades de conservação encontram-se em estágio avançado de consolidação, conforme tabela abaixo. Passam a receber apoio no âmbito da fase a partir do biênio 2016/2017 o PN Viruá e PN Anavilhanas, em função do estágio avançado na consolidação e boa taxa de execução no PO vigente.

Tabela 7. Unidades de Conservação em estágio avançado de consolidação em grau II, de acordo com dados da FAUC 2015

Nº	Órgão Gestor	Unidade de Conservação	Área (ha)	Marco referencial não alcançado	Ano para Consolidação	UCs que passam a receber recurso do FT no próximo biênio
1	ICMBio	PARNA Viruá	227.011,00	Demarcação	2016	X
2	ICMBio	PARNA de Anavilhanas	350.018,00	Equipe Técnica, Proteção e Sinalização	2018	X
3	ICMBio	REBIO Trombetas	385.000,00	Inventário, Demarcação, Sinalização, Termo de compromisso	2018	
4	MT	PE Igarapés do Juruena	223.888,00	Equipe Técnica, Equipamentos, Instalações e Inventário	2019	
5	AM	RESEX Catuá Ipixuna	215.415,67	Equipe técnica, Pesquisa, Proteção e Levantamento fundiário	2019	
		Total	1.401.332,67			

Fonte: Unidade de Coordenação do Programa/MMA

O anexo III apresenta o histórico de evolução das UCs de grau II ao longo dos anos (2010 a 2015) e a lacuna correspondente, de modo a demonstrar a evolução destas UCs em relação a consolidação

4. CONDIÇÕES DE DESEMBOLSOS

As Condições de Desembolso são um conjunto de indicadores que servem de parâmetro para subsidiar o Comitê do Fundo de Transição na definição do volume de recursos a ser desembolsado para as UCs apoiadas pelo Programa ARPA, em prazos bianuais. Por meio das Condições de Desembolso é possível realizar medições da evolução de certas condições consideradas essenciais para o atendimento do Objetivo ARPA e Objetivo FT.

Foram estabelecidas 11 (onze) Condições de Desembolso, cada uma dessas condições possui seu conjunto de métricas para apuração dos indicadores e tem um peso diferente na avaliação, ou seja, existem Condições que irão afetar mais que outras o volume de recursos a ser desembolsado. Além disso, algumas Condições de Desembolso avaliam a execução do Programa ARPA como um todo, enquanto outras avaliam a execução do Programa ARPA especificamente por cada Órgão Gestor.

Foi desenvolvida uma fórmula, considerando o nível de cumprimento das Condições de Desembolso, para prover o CFT com uma base de cálculo para a determinação do montante de recursos a ser desembolsado do FT para o Programa ARPA.

As Condições de Desembolso e peso na fórmula seguem na tabela 7 abaixo:

Tabela 8: Lista das condições de desembolso com nível e peso na fórmula

Nº	Condição de desembolso	Nível	Peso na Fórmula
1	MOP do ARPA alinhado com o Objetivo do Fundo de Transição	ARPA	Pré-condição
2	Inexistência de perda líquida de UC	ARPA	Pré-condição
3	Relatórios financeiros por UC	Órgão Gestor	Pré-condição
4	Apresentação dos planos de consolidação	Órgão Gestor	Pré-condição
5	Requerimento por parte do MMA de recursos adicionais para complementar o FT	ARPA	Pré-condição
6	Aumento da execução orçamentária do ICMBio	ARPA	5%
7	Implementação do monitoramento da biodiversidade	Órgão Gestor	5%

Nº	Condição de desembolso	Nível	Peso na Fórmula
8	Criação de novas UC (conforme planejamento)	ARPA	15%
9	Aumento dos recursos financeiros não-salariais	Órgão Gestor	25%
10	Performance de consolidação	Órgão Gestor	25%
11	Número de funcionários	Órgão Gestor	25%

FONTE: adaptado do Manual Operacional do Programa

A seguir são apresentadas, em maior detalhe, cada uma das 11 condições de desembolso, bem como o respectivo nível de cumprimento destas condições.

CONDIÇÃO DE DESEMBOLSO N º1: MOP do ARPA alinhado com o Objetivo do Fundo de Transição.

As alterações realizadas, até o momento, no Manual Operacional do Programa respeitam o objetivo do ARPA e o objetivo do FT. Elas foram realizadas com intenção de atualizar dados defasados, bem como aprimorar os fluxos e a atuação do ARPA, acerca dos itens abaixo:

1 – Regra dos 15% - O Comitê do Programa aprovou em 20 de maio de 2015a mudança no trecho do MOP que trata da regra dos 15%, de modo a flexibilizar a aprovação de solicitações com pequena variação de preço quanto ao previsto inicialmente no POA. A partir da aprovação o texto no MOP segue com a seguinte redação:

Nos casos em que o valor final exceda em até 15% o valor originalmente planejado; ou até R\$ 10 mil, e desde que o valor final não exceda em 2(duas) vezes ou mais o valor previsto no POA, considera-se a variação marginal e o GF deverá proceder com a solicitação sem onerar os limites e tetos da UC solicitante.

Caso a diferença seja igual ou superior a R\$ 10 mil, e corresponda a 15% ou mais do valor previsto no POA, o Funbio deverá solicitar uma justificativa específica para o solicitante, que terá o prazo de 10(dez) dias úteis para encaminhá-la à UCP, junto com o preço real cotado pelo Funbio e o aval do ponto focal de seu órgão gestor para compra ou contratação a partir no valor cotado.

Respeitando o disposto no Regimento Interno do Fundo de Transição, a alteração apresentada acima foi validada junto ao CFT e adotada também no módulo II do MOP.

2 – Política de Investimentos do Fundo de Transição: Após aprovada pelo CFT em 10 de fevereiro de 2015, a Política de Investimento passou a integrar o Anexo 2.2 do Manual Operacional do ARPA.

3 - Lista de UCs: A UCP atualizou a lista de UCs apoiadas pelo ARPA, de modo a incluir as 18 UCs que foram aderidas ao Programa em 2015.

4 - DECRETO Nº 8.505: Os trechos que se referem ao decreto que institui o ARPA foram atualizados.

O documento que contempla as atualizações citadas acima se encontra disponível no sítio eletrônico do Programa ARPA na internet.⁴

CONDIÇÃO DE DESEMBOLSO N º 2: Inexistência de perda líquida de UCs

A condição de desembolso número 2 visa evitar a perda líquida, em relação: 1) a cobertura de área total protegida em hectares, 2) a qualidade ambiental das UCs, ou 3) a representatividade social e ecológica, tomando por base os dados de dezembro de 2013 e a criação de novas Unidades de Conservação (Condição de Desembolso 8).

A tabela 9 (nove) demonstra que entre dezembro de 2013 e outubro de 2015, o Programa ARPA apresentou ganho líquido em relação a cobertura de área total protegida de 6.997.243 hectares. Além disso, pode-se dizer que houve também ganho em relação à representatividade ecológica, pois as novas áreas abrangem ecossistemas anteriormente mal representados no Programa.

Cabe destacar que em 2014, a Resex Médio Juruá foi ampliada de 251.577,13 ha para 286.932,94 ha (35.355,81). Em março de 2014 foi criada a RDS Puranga Conquista com 86.233 ha, a partir do Parque Estadual do Rio Negro e da APA Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá/Apuauzinho, resultando em saldo positivo de 6.376 mil ha. Em outubro de 2014 foi criada ESEC Alto Maués (700 mil ha). Em 2015 aderiram ao

⁴www.programaarpa.gov.br

ARPA 18 (dezoito) novas UCs, que correspondem a aproximadamente 7 milhões de ha e com isso o programa atingiu **98%** da meta de 60 milhões de ha.

Tabela 9: Evolução da Área apoiada pelo Programa ARPA e ganho líquido

	Dezembro 2013		Outubro de 2015		Ganho líquido	
	Área (ha)	Nº UC	Área (ha)	Nº UC	Área (ha)	Nº UC
PI	30.968.137	46	35.450.262	54	4.482.125	8
US	21.242.431	49	23.757.549	60	2.515.118	11
Total	52.210.568	95	59.207.811	114	6.997.243	19

Fonte: Unidade de Coordenação do Programa/MMA

CONDICÃO DE DESEMBOLSO N º 3: Relatório financeiro por UC

A condição de desembolso número 3 (três) trata do envio, por parte dos órgãos gestores, de relatório anual com todas as fontes de recursos utilizados em cada UC, a partir de 2016. Nesse sentido, cabe destacar que os dados referentes aos investimentos públicos nas Unidades de Conservação apoiadas pelo ARPA, à título de contrapartida aos recursos de doação, são anualmente apresentados pelos órgãos gestores, conforme apresentado na tabela 10 (dez), considerando gastos com salários e investimentos não salariais aportados por órgão gestor, no período de 2011 a 2014.

Apesar do montante total de contrapartida aportado pelo conjunto de órgãos gestores apresentar uma tendência de aumento ao longo dos anos, os dados são apresentados com detalhamento apenas por UC e, em alguns casos, por categoria de gastos, não sendo ainda possível apresentar relatório de execução no detalhamento por marco referencial, conforme definido no Manual Operacional do Programa ARPA.

Além disso, nota-se baixo aporte de recursos, especialmente não salariais, bem como a ausência, para alguns órgãos gestores, de padrão nas informações apresentadas, como se verifica no estado de Rondônia para os custos salariais, em que foram investidos em 2011 (R\$ 180.000), em 2013 (R\$ 51.000,00) e em 2014 (R\$ 42.000,00).

Nesse sentido, a UCP, o Funbio e outros parceiros elaboraram Termo de Referência, que segue em fase de contratação de consultor para realização de estudos

alternativos para qualificação dos dados financeiros dos órgãos gestores, de modo a auxiliá-los no atendimento das exigências de detalhamento financeiro desta fase III do Programa ARPA.

Haja vista que o prazo definido no MOP para envio de dados detalhados é 2016, e que a contratação deste estudo, além de auxiliar os órgãos gestores em relação aos relatórios financeiros, pode ainda, colaborar com a identificação de parceiros que contribuem para gestão e financiamento dos custos das UCs, que atuam em sinergia com os MRs do Programa ARPA, esta condição de desembolso pode ser considerada como atendida.

Tabela 10: Dados de Contrapartida Governamental para os anos de 2011 a 2014, incluindo gastos salariais e não-salariais

OG	2011		2012		2013		2014		TOTAL GERAL CONTRAPARTIDA NÃO SALARIAL	Observação
	contrapartida não salarial	contrapartida com salário	contrapartida não salarial	contrapartida com salário	contrapartida não salarial	contrapartida com salário	contrapartida não salarial	contrapartida com salário		
AC	52.553,74	222.966,74	75.002,19	220.446,00		185.284,00	1.645,00	286.892,80	915.589,54	
MT	556.236,60	821.436,60	86.160,31	86.160,31	86.160,31	86.160,31	147.265,71	147.265,71	1.141.022,93	Apresentou recurso de compensação em 2011
PA*			224.297,81	611.168,86	491.721,04	972.481,42	12.645.520,35	13.078.033,86	14.661.684,14	Apresentou recurso de compensação em 2012, 2013 e 2014
TO	236.486,96	457.953,96	211.958,41	630.683,65	194.839,20	500.272,43	258.741,58	498.401,58	2.087.311,62	Apresentou recurso de compensação em 2011
AM	38.994,00	511.522,00	33.454,05	1.091.134,05	30.457,70	1.285.118,90		1.908.310,86	4.796.085,81	
AP	408.063,44	408.063,44	27.503,19	46.576,96	29.088,58	198.515,13	178.003,36	472.114,58	1.125.270,11	Apresentou recurso de compensação em 2011
RO**	1.419.080,00	1.599.080,00			2.709.800,00	2.760.800,00	406.461,19	457.461,19	4.817.341,19	
ICMBIO	11.345.239,50	26.250.249,35	14.815.096,90	30.551.869,06	13.119.242,64	27.837.451,38	17.667.674,34	17.667.674,34	102.307.244,13	
	14.056.654,24	30.271.272,09	15.473.472,86	33.238.038,89	16.661.309,47	33.826.083,57	31.305.311,53	34.516.154,92	131.851.549,47	

Fonte: Unidade de Coordenação do Programa/MMA

* As Unidades do estado receberam apoio a partir de 2011, portanto, as contrapartidas apenas foram informadas a partir de 2012

**O estado não forneceu as contrapartidas para o ano de 2012, apesar das solicitações

CONDICÃO DE DESEMBOLSO N ° 4: Plano de Consolidação

Todas as Unidades de Conservação apoiadas pelo ARPA possuem um Plano de Consolidação elaborado pelo seu respectivo órgão gestor e compatível com as metas globais do Programa, ou seja todas planejaram alcançar a consolidação, de acordo com os Marcos referenciais, até dezembro de 2019.

O ICMBIO apresentou o Plano de Consolidação para as UCs federais como condição de fechamento para fase III em janeiro de 2014, enquanto que os órgãos estaduais apresentaram os planos a partir de junho de 2015.

Os Planos de Consolidação apresentados foram utilizados como subsidio para elaboração do Plano de Trabalho dos Acordos de Cooperação Técnica que estão em processo de renovação junto aos órgãos gestores, bem como para atualização do modelo de custos.

Por meio dos Planos de Consolidação, será possível monitorar, anualmente, através da aplicação da FAUC, a evolução de todas as UCs em relação a trajetória planejada para alcance da consolidação. Além disso, cabe destacar que os Planejamentos Estratégicos Plurianuais (PEP) elaborados neste segundo semestre de 2015 estão em conformidade com os Planos de Consolidação.

CONDICÃO DE DESEMBOLSO N ° 5: Requerimento por parte do MMA de recursos adicionais para complementar o FT

Em agosto de 2015, foi assinado contrato referente a doação do KFW para Fundo de Transição, no valor de 31 milhões de euros.

O MMA, juntamente com o Funbio, está em articulação com o BNDES para viabilizar a doação do Fundo Amazônia ao Fundo de Transição, bem como para sua participação no CFT.

Adicionalmente, o MMA e o Banco Mundial avançaram na elaboração do *Program Framework Document e Child Project* para viabilizar a doação do GEF, rodada 6 ao Fundo de Transição, com valor estimado em 30 milhões de dólares.

CONDIÇÃO DE DESEMBOLSO 6: Aumento da execução orçamentária do ICMBio

O ICMBio executou, em 2014, nas Unidades de Conservação apoiadas pelo ARPA, **R\$ 17,6 milhões**, referente a contrapartida orçamentária com despesas não salariais, atendendo plenamente esta condição de desembolso.

Além disso, conforme apresentado na tabela 11 (onze), a contrapartida aportada pelo órgão gestor nas UCs apoiadas pelo ARPA tem apresentado tendência de crescimento ao longo dos anos.

Tabela 11: Dados de Contrapartida do ICMBio para os anos de 2011 a 2014, com despesas não-salariais

2010	2011	2012	2013	2014
R\$ 3.432.852,68	R\$ 11.345.239,50	R\$ 14.815.096,90	R\$ 13.119.242,64	R\$ 17.667.674,34

Fonte: Unidade de Coordenação do Programa/MMA

CONDIÇÃO DE DESEMBOLSO 7: Monitoramento da Conservação da Biodiversidade

Como pode ser visto na tabela 12 (doze), as UCs federais já iniciaram a implementação do Protocolo de monitoramento em algumas UCs no âmbito do Programa ARPA. A proposta de protocolo foi apresentada para o CP e passará por processo de validação em reunião posterior. Desta mesma forma será apresentada ao PCA. A meta para as federais, considerando 2014, 5 (cinco) UCs do ARPA com monitoramento implementado foi atendida.

Para as UCs na esfera estadual, a condição de desembolso propõe elaborar, ainda em 2015, planejamento para implementação de protocolo de monitoramento para todas as UCs em grau II, e a compatibilidade entre os protocolos adotados pelo ICMBio para as UCs da Amazônia e os protocolos aprovados pelo Programa ARPA.

Considerando o protocolo desenvolvido pela DIBIO, implementado nas UCs federais, surge a proposta de implementação do mesmo nas UCs estaduais, sendo assim, foi apresentado em algumas instâncias do Programa com intuito de abrir discussão e verificar possibilidades de adotar este mesmo protocolo como Protocolo ARPA, e após a

aprovação deste protocolo, pelo CP, ainda em 2015 as UCs elaborarão seu plano final para estabelecimento de monitoramento.

Tabela 12: Status de alcance de meta UCs - Monitoramento até Outubro de 2015

Status de alcance de meta UCs - Monitoramento até Outubro de 2015			
OG	UCs em Grau II	Meta UC Grau II	% de alcance da meta
MT	2	Plano para implementação elaborado em 2015	-
TO	1	Plano para implementação elaborado em 2015	-
AC	1	Plano para implementação elaborado em 2015	-
AM	4	Plano para implementação elaborado em 2015	-
RO	2	Plano para implementação elaborado em 2015	-
ICMBio	26	5 UCs com protocolo implementado em 2014, restante das UCs até 2020	100% meta de 2014 12 UCs em processo de implementação do protocolo 7 UCs em processo de capacitação, após capacitação iniciará processo de implementação do protocolo

Mudança na cobertura Florestal

Ao longo dos anos se verifica uma redução significativa na área desmatada nas Unidades de Conservação apoiadas pelo ARPA (tabela 13 e gráfico 3). Além da redução acentuada entre os anos de 2005 e 2006 é possível observar a manutenção da área desmatada no mesmo patamar para os anos subsequentes.

Tabela 13: Quantidade ⁵de área desmatada (km²) anualmente nas 95 UCs para ⁶o período 2002-2014

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
PI	249,14	381,28	449,56	236,2	81,26	74,5	85,95	41,86	38,16	22,86	16,614	20,96	23,71
US	90,6	369,02	197,06	159,16	55,18	54,6	82,38	54,25	78,81	53,69	46,329	52,64	66,53
Total	339,74	750,3	646,62	395,36	136,44	129,1	168,33	96,11	116,97	76,55	62,943	73,6	90,24

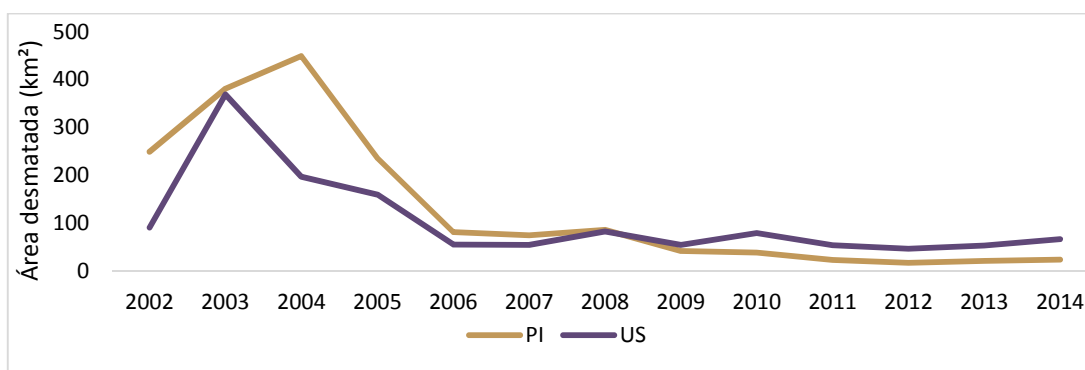


Gráfico 3: Quantidade ⁷de área desmatada (km²) anualmente nas 95 UCs para ⁸o período 2002-2014

Nesse sentido, além de exercerem papel fundamental na conservação da biodiversidade, na manutenção dos valores culturais e sociais, na manutenção dos regimes fluviais e estabilização dos climas regional e continental, as Unidades de Conservação, especialmente aquelas apoiadas pelo ARPA, exercem efeitos significativos na redução do desmatamento.

São diversos os fatores que proporcionaram a redução da área desmatada. Um Programa da magnitude do ARPA contribui para esse cenário. Essa efetividade foi confirmada pelo TCU ao avaliar e quantificar os alertas de desmatamento ocorridos no bioma Amazônia entre 2008 e 2012, individualizando-os por área de ocorrência dentro ou fora de unidades de conservação. Assim, as informações geradas pela análise permitem

⁵ Os dados sobre desmatamento foram retirados do site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (NPE) e são referentes ao período de 2002, ano de criação do Programa, à 2014.

⁶ Até maio de 2015 eram 95 UCs.

afirmar que, do total de área desmatada naquela região, 94% ocorreram fora de unidades de conservação. Desse modo, conclui-se que a ocorrência de desflorestamento em áreas não protegidas é, pelo menos, 4,3 vezes maior do que em unidades de conservação.

CONDIÇÃO DE DESEMBOLSO N ° 8: Criação de novas UCs (conforme planejamento)

A condição de desembolso n° 8 prevê a criação de 1 milhão de hectares de novas UCs em 2014, de 2 milhões de hectares em 2015, e de 3 milhões de hectares em 2016, totalizando 6 milhões de hectares de novas UCs criadas com apoio do ARPA.

Ao longo da fase II o ARPA apoiou 19 (dezenove) Processos de Criação de UCs, que correspondem a 6,8 milhões de hectares. Destes, 1 processo (ESEC Mamuru) concluiu os estudos, ao final de 2014, e aguarda publicação (126.302 ha), e outros 09(nove) processos devem ter continuidade, totalizando **1.981.076 ha**. Outros 09 (nove) processos, não identificaram contexto favorável a continuidade dos processos.

Merece destaque a criação da ESEC Alto Maués (Decreto S/N16 de Outubro de 2014) com aproximadamente 700 mil ha. Essa UC recebeu recursos do ARPA para desenvolvimento dos estudos para criação, durante a fase I, e aderiu ao Programa em maio de 2015, passando a receber recursos do fundo de Transição para consolidação em grau I a partir do próximo ciclo de planejamento.

Nesse sentido, considerando apenas as UCs efetivamente criadas, pode-se dizer que a condição foi parcialmente atendida, em cerca de 25% da meta (tabela 14), visto que além da criação da ESEC Alto Maués, foram incorporados ao ARPA, em 2014, 35.355,81 hectares referente a ampliação da RESEX Médio Juruá, e 6.376 mil hectares referente a criação da RDS Puranga Conquista, a partir do Parque Estadual do Rio Negro e da APA Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá/Apuauzinho, conforme apresentado anteriormente na condição de desembolso n° 2 (dois).

Tabela 14: Lista de UCs Criadas e ampliadas no período de 2014 a 2015.

Ano	UC (criação/ampliação)	Área (ha)	Meta (ha)	% de alcance da meta
2014	Criada ESEC Alto Maués	700.000	1.000.000	25%
2014	Ampliação Resex Médio Juruá	35.355		
2014	Criação RDS Puranga Conquista (saldo)	6.376		
2015	-----		2.000.000	
Total		741.731	3.000.000	

Além dos processos descritos, o ARPA lançou em fevereiro de 2015 a chamada nº1/2015 para apoio a estudos de criação de unidades de conservação, em que foram recebidas 10 (dez) propostas, sendo 5 (cinco) estaduais, que correspondem a 876.859,42 hectares e aguardam parecer técnico para receber apoio financeiro e dar continuidade aos estudos.

As demais 5 (cinco) propostas federais, que correspondem a cerca de 3,9⁹ milhões de hectares, foram avaliadas e aprovadas pelo PCA e receberam apoio do ARPA para desenvolvimento dos estudos ambientais e consulta pública. Importante destacar que essas áreas foram transferidas com a questão fundiária regularizada, visto que o ARPA aproveitou a oportunidade criada pela transferência de áreas oriundas do Programa Terra Legal, por meio da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a criação de novas unidades de conservação.

Desta maneira, o ARPA apoia atualmente, 14 (catorze) processos de criação que correspondem a cerca de 5,9 milhões de hectares, e se efetivamente criados contribuirão para alcance da meta desta condição de desembolso ao longo dos próximos anos.

CONDIÇÃO DE DESEMBOLSO N ° 9: Aumento dos recursos financeiros não salariais.

Segundo MOP, nesta Condição de Desembolso é necessário que se defina um montante de financiamento mínimo, de acordo com a média dos últimos dois anos, para cada Órgão Gestor, seguindo uma trajetória de crescimento que chega a 100% do

⁹ Após a conclusão dos estudos ambientais e das consultas públicas, identificou-se a possibilidade de criação e ampliação de novas UCs fazendo com que a área anteriormente proposta de 2.5 chegasse a 3.9 milhões de ha.

financiamento público das atividades do Programa, isso até o final da vigência do FT em 2039.

Nesse sentido, cabe destacar que essa condição de desembolso deverá ser mensurada a partir de 2016, de modo a não penalizar os Órgãos Gestores pelo compromisso assumido - a partir de novembro de 2014 com o início da execução dessa fase III - posteriormente à destinação dos recursos públicos às UCs, em 2014.

Uma análise prévia do incremento no valor aportado pelos OG, até 2014, demonstra que apenas ICMBio, Tocantins, Amapá e Mato Grosso apresentaram tendência de aumento na contrapartida (Tabela 15).

Tabela 15: Dados de Contrapartida Governamental para os anos de 2012, 2013, média e 2014.

OG	Custos nominais alvo sem inflação (2039)	Contrapartida 2012	Contrapartida 2013	Média (2012 – 2013)	Contrapartida 2014
PA	R\$ 1.650.000	R\$ 224.297	R\$ 298.847	R\$ 261.572	R\$ - ¹⁰
AM	R\$ 9.730.000	R\$ 33.454	R\$ 30.457	R\$ 31.955	R\$ -
RO	R\$ 3.840.000	¹¹	R\$ 2.709.800	R\$ 1.354.900	R\$ 406.461
MT	R\$ 3.250.000	R\$ 86.160	R\$ 86.160	R\$ 86.160	R\$ 147.265
AC	R\$ 880.000	R\$ 75.002	¹²	R\$ 37.501	R\$ 1.645
AP	R\$ 480.000	R\$ 27.503	R\$ 29.088	R\$ 28.295	R\$ 178.003
TO	R\$ 670.000	R\$ 211.958	R\$ 194.839	R\$ 203.398	R\$ 258.741
ICMBio	R\$ 38.570.000	R\$ 14.815.096	R\$ 13.140.750	R\$13.977.923	R\$ 17.667.674
Total	R\$ 59.070.000	R\$ 15.473.472	R\$ 16.489.943		R\$ 18.659.791

¹⁰ Estado informou destinação de recursos de compensação ambiental para a gestão de UCs Arpa em 2014 no valor de R\$ 12.645.520,35.

¹¹ Dados não apresentados

¹² Dados não apresentados

CONDIÇÃO DE DESEMBOLSO N ° 10: Desempenho de Consolidação

Os órgãos gestores estaduais apresentaram os planos de consolidação para as Unidades de Conservação de sua responsabilidade, em junho de 2015. Desta maneira, o monitoramento desta condição de desembolso será realizado a partir do preenchimento da próxima FAUC, em 2016. Entretanto, cabe destacar que o PEP elaborado neste segundo semestre de 2015 está em acordo com Plano de Consolidação, considerando o cenário atual nos MRs (FAUC/2015) e o cenário meta para dezembro de 2019.

O ICMBIO apresentou o Plano de Consolidação para as UCs federais como condição de fechamento para fase III em janeiro de 2014, e apresentou preenchimento da FAUC/2015 e PEP em conformidade com o Plano elaborado

Esta condição foi plenamente atendida. Ademais, de acordo com os planos de consolidação elaborados, 24% das UCs estarão consolidadas até 2017, 76% em 2018, e 100% em 2019.

CONDIÇÃO DE DESEMBOLSO N ° 11: Número de Funcionários

Esta condição visa avaliar o alcance da meta de pessoal conforme o plano de consolidação. Em relação as UCs estaduais cabe destacar que o Plano de Consolidação foi elaborado em 2015, sendo assim, esta condição será monitorada a partir da FAUC em 2016. Entretanto, merecem destaque TO, PA e AP que possuem equipe a frente da gestão da UC em nº adequado conforme o MR de equipe mínima definido pelo Programa ARPA, conforme apresenta tabela 16.

Tabela 16. Nível de pessoal nas UCs, em relação a meta estabelecida no Marco Referencial de equipe técnica, de acordo com FAUC/2015

OG	Nº de UC Grau I	Nº de UCs que atingiram a meta* Grau I	Nº de UC Grau II	Nº de UCs que atingiram a meta** Grau II
MT	5	1	2	0
TO	-	-	1	1
AC	-	-	1	0
PA	3	3	-	-
AM	14	12	4	0
AP	1	1	-	-
RO	5	4	2	1
ICMBio	37	22	28	7

*Meta Grau I: Equipe Técnica de pelo menos 2 pessoas com presença efetiva na UC

**Meta Grau II: Equipe Técnica de pelo menos 5 pessoas com presença efetiva na UC

Para as **UCs federais**, uma vez que o plano de consolidação foi elaborado em 2014, como condição de fechamento da fase III, foi possível mensurar que, 100% das UCs atingiram sua meta de pessoal, conforme apresentado no percurso do seu planejamento - alocar mais 15 servidores em 2014 – que foi efetivado por meio de concurso público.

5. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Considerando que a fase III teve sua execução iniciada em novembro de 2014 com apoio a consolidação ou manutenção pós-consolidação de 7 (sete) UCs. Durante esse período foram executados com recurso de doação, até agosto de 2015, R\$ 1.586.086,29 que correspondem a R\$ 498.063,50 (8,6% do planejamento) do Componente de Consolidação, R\$ 453.122,66 (13,4% do planejamento) do Componente de Manutenção de UCs Consolidadas, e R\$ 634.900,14 do Componente de Coordenação e Gestão do Programa.

No período de 2014 até agosto de 2015, somando os recursos de contrapartida e recurso de doação (Fundo de Transição) foram investidos nas UCs o valor de R\$ 3.226.793,54, conforme mostra o anexo I.

Ademais, são apresentados dados de execução financeira em maior detalhe no relatório A (Implementação e o Progresso Financeiro do Programa ARPA).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período deste relatório o ARPA passou a apoiar novas UCs, com isso apoia atualmente 114 (cento e catorze) UCs que corresponde a 98% da meta de 60 milhões de hectares protegidas na Amazônia.

No biênio 2016/2017 serão apoiadas 35 UCs que correspondem a 7 (sete) anteriormente apoiadas, 5 (cinco) que alcançaram a consolidação em 2015, 12 (doze) UCs recentemente apoiadas pelo ARPA, e 11 (onze) que apresentaram estágio avançado de consolidação atrelado a uma boa taxa de execução financeira.

Entre as 11 (onze) condições de desembolso 8 (oito) foram plenamente atendidas, sendo que as condições de n° 7 - Monitoramento de Conservação da Biodiversidade, e n° 8 - Criação de Novas UCs tiveram status parcialmente atendidos. A condição de n° 9 - Aumento de recursos financeiros não-salariais deverá ser mensurada a partir de 2016.

As condições 9 (nove) e 11 (onze) consistem em grandes desafios para o Programa ARPA nessa sua fase III, pois implicam em maior comprometimento dos órgãos gestores em relação ao aumento da contrapartida e da equipe a frente da gestão da UC. Adicionalmente, outro grande desafio é a efetiva de criação de novas UCs.

Durante o período deste relatório foram executados R\$ 1.586.086,29, resultando em uma taxa de execução de 9,6% do planejado nos PO das UCs no âmbito da fase III. Nesse sentido, um dos desafios do Programa é acelerar a execução considerando suas metas e as especificidades/complexidades relacionadas a gestão de unidades de conservação na Amazônia. Sendo assim, com intuito de reduzir este desafio, algumas ações foram adotadas pela Unidade de Coordenação do Programa – UCP, juntamente com outras instâncias, como a realização da oficina de aceleração da execução realizada em Brasília, com FUNBIO, Comissão de Gestores (CG), Fórum Técnico e UCP que possibilitou diálogo entre as partes executoras, com intuito de reduzir os gargalos que impedem a celeridade nos processos.

Em setembro de 2015, foi realizado o Encontro dos Gestores que possibilitou a contextualização sobre o estágio de implementação do Programa, seus resultados e desafios futuros, proporcionou a troca de experiências entre gestores, bem como a discussão sobre as oportunidades e dificuldades relacionados a cada um dos Marcos Referenciais do ARPA.

ANEXOS

**ANEXO I – Recursos do Fundo de Transição executados por categoria de custos e Marco referencial, em reais–
UCs em consolidação.**

UCs	Coordenação do Programa				Total	Equipamentos			Totais	Gestão Participativa				Totais	Instalações	Totais
	Diárias	Passagens	Gestão - (Pessoal + Consultorias)	Serviço PJ		Bens	Conta Vinculada	Serviços PJ		Conta Vinculada	Diarias de Viagem	Passagem Aérea	Serviços PJ		Conta Vinculada	
PE do Cantão						149.595,23	23.875,00		173.470,23							
REBIO Jarú						0,00	4.379,53		4.379,53	5.359,36	442,50			5.801,86	13.661,70	13.661,70
RESEX Rio Xingu						1.340,00	8.362,24	425,46	10.127,70	27.020,04	4.873,50	971,49		32.865,03	6.358,85	6.358,85
Mosaico do Apuí						18.743,24	6.566,82		25.310,06	33.618,77	1.875,00	7.400,91		42.894,68	1.793,65	1.793,65
PARNA do Juruena						780,00	17.401,30		18.181,30	1.250,75	675,00	5.479,25	34.298,00	41.703,00	10.920,94	10.920,94
RESEX Arapixi						4.350,00	3.800,66		8.150,66	11.066,45	2.002,50	4.566,32		17.635,27	5.369,50	5.369,50
RESEX Rio Jutai										22.634,05	6.589,50			29.223,55		
Gestão do Programa	424,00	1.125,40	629.214,56	4.136,18	634.900,14											
Total Geral	424,00	1.125,40	629.214,56	4.136,18	634.900,14	150.935,23	36.616,77	425,46	187.977,46	32.379,40	5.316,00	971,49		38.666,89	38.104,64	38.104,64

UCs	Monitoramento			Totais	Operacionalização					Totais
	Conta Vinculada	Diarias de Viagem	Passagem Aérea		Conta Vinculada	Bens	Diarias de Viagem	Passagem Aérea	Serviços PJ	
PE do Cantão	337,33			337,33						
REBIO Jarú	1.200,00			1.200,00	48.103,24	1.551,78	1.440,00			51.095,02
RESEX Rio Xingu		2.124,00	643,55	2.767,55	27.961,48		14.797,50	11.537,51	9.725,00	64.021,49
Mosaico do Apuí					7.922,65		1.020,00	1.094,01	35.353,86	45.390,52
PARNA do Juruena		2.124,00		2.124,00	2.865,44		4.074,00	2.504,10		9.443,54
RESEX Arapixi		4.071,00	2.675,51	6.746,51	1.150,00		3.120,00	3.728,44		7.998,44
RESEX Rio Jutai	15.501,91	3.000,00		18.501,91	2.846,00		3.240,00	1.053,89		7.139,89
Gestão do Programa										
Total Geral	17.039,24	11.319,00	3.319,06	31.677,30	90.848,81	1.551,78	27.691,50	19.917,95	45.078,86	185.088,90

UCs	Pesquisa		Totais	Plano de Manejo	Totais	Proteção				Totais	Total Geral
	Conta Vinculada	Diárias de Viagem		Conta Vinculada		Conta Vinculada	Diárias de Viagem	Passagem Aérea	Serviços PJ		
PE do Cantão						1.000,00				1.000,00	174.807,56
REBIO Jarú	7.801,21	5.221,50	13.022,71			12.894,07	42.781,50		25.350,00	81.025,57	170.186,39
RESEX Rio Xingu	10.763,73	10.416,00	21.179,73	3.123,60	3.123,60	6.430,60	6.195,00			12.625,60	153.069,55
Mosaico do Apuí						23.747,53	600,00	1.138,50		25.486,03	140.874,94
PARNA do Juruena						11.120,98	29.569,50	2.320,35		43.010,83	125.383,61
RESEX Arapixi						14.173,80	19.470,00	0,00		33.643,80	79.544,18
RESEX Rio Jutuí						31.424,60	19.372,50	1.657,47		52.454,57	107.319,92
Gestão do Programa											634.900,14
Total Geral	18.564,94	15.637,50	34.202,44	3.123,60	3.123,60	100.791,58	117.988,50	5.116,32	25.350,00	249.246,40	1.586.086,29

Anexo II: Somatório, percurso e lacuna para consolidação – UCs em Grau I

OG	UC	Somatório Pontuação 2010	Somatório Pontuação 2011	Somatório Pontuação 2012	Somatório Pontuação 2013	Somatório Pontuação 2014	Somatório Pontuação 2015	Pontuação necessária para consolidação	Lacuna
ICMBio	Estação Ecologica Jutai - Solimões	0	0	0	0	0	280	455	-175,00
ICMBio	ESEC de Maracá Jipioca	-	315	310	310	335	405	455	-50,00
ICMBio	ESEC de Niquiá	-	375	420	420	420	420	455	-35,00
ICMBio	ESEC do Jari	-	220	175	170	290	290	455	-165,00
ICMBio	PN da Amazônia	-					385	455	-70,00
ICMBio	PN Serra do Divisor	455	500	555	555	475	475	455	20,00
ICMBio	PN Serra da Cutia	445	460	390	390	500	460	455	5,00
ICMBio	PN Serra Da Mocidade	-	360	360	360	365	380	455	-75,00
ICMBio	REBIO Abufari	-	-	-	-	-	470	455	15,00
ICMBio	REBIO Nscentes Serra do Cachimbo	-	-	-	-	-	355	455	-100,00
ICMBio	RDS Itatupã	330	345	500	500	610	620	455	165,00
ICMBio	RESEX Barreiro das Antas	480	560	510	510	555	625	455	170,00
ICMBio	RESEX Maracanã	275	440	325	325	370	390	455	-65,00
ICMBio	Resex de Mocapajuba	0	0	0	0	0	10	455	-445,00
ICMBio	RESEX Médio Juruá		375	375	375	420	485	455	30,00
ICMBio	RESEX do Rio Cautário – ICMBio	270	290	340	340	450	395	455	-60,00
ICMBio	RESEX Rio Jutai	360	545	600	600	640	520	455	65,00
ICMBio	RESEX Ipau Anilzinho	285	290	300	300	300	315	455	-140,00
ICMBio	RESEX Mapua	455	435	360	360	400	360	455	-95,00
ICMBio	RESEX Riozinho da Liberdade	90	260	370	370	340	365	455	-90,00
ICMBio	RESEX Tapajós-Arapiuns						455	455	0,00
ICMBio	PN Rio Novo	65	215	275	275	275	235	455	-220,00
ICMBio	RESEX Arioca pruanã	55	145	210	210	305	315	455	-140,00
ICMBio	RESEX Alto tarauaca	265	410	420	420	330	455	455	0,00
ICMBio	RESEX de Cururupu		220	385	385	480	480	455	25,00
ICMBio	PN Juruena	260	525	615	615	615	650	455	195,00
ICMBio	RESEX Terra Grandre	120	170	200	200	285	350	455	-105,00
ICMBio	RESEX Rio Unini	330	475	495	495	495	500	455	45,00

Continuação - Anexo II: Somatório, percurso e lacuna para consolidação – UCs em Grau I

OG	UC	Somatório Pontuação 2010	Somatório Pontuação 2011	Somatório Pontuação 2012	Somatório Pontuação 2013	Somatório Pontuação 2014	Somatório Pontuação 2015	Pontuação necessária para consolidação	Lacuna
ICMBio	RESEX Arapixi	370	380	545	545	505	490	455	35,00
AP	RDS do Iratapuru	-	180	215	215	215	390	455	-65,00
MT	PE Serra Ricardo Franco	-	90	205	205	260	250	455	-205,00
MT	Estação Ecológica Rio Ronuro	350	480	220	220	240	240	455	-215,00
MT	RESEX Guariba-Roosevelt		315	425	425	440	410	455	-45,00
MT	PE Xingu	435	435	515	515	475	480	455	25,00
RO	ESEC Samuel						150	455	-305,00
RO	Estação Ecológica Serra dos Três Irmãos – Mujica (mosaico com Serra dos Três Irmãos)	255	355	435	435	490	435	455	-20,00
ICMBio	Resex Rio Pacaás Novos	0	0	0	0	0	350	455	-105,00
RO	PE Serra dos Reis	-					205	455	-250,00
RO	RESEX estadual Rio Cautário	-	170	190	190	395	460	455	5,00
RO	RESEX Rio Preto-Jacundá	-	185	335	335	390	435	455	-20,00
AM	RDS Amanã	-	60	120	120	290	365	455	-90,00
AM	RDS Mamirauá						350	455	-105,00
AM	RDS Piagaçu Purus	330	285	320	320	320	360	455	-95,00
AM	RDS Rio Amapá	440	445	415	415	530	555	455	100,00
AM	RDS Uatumã		415	390	390	415	510	455	55,00
AM	Mosaico do Apui	385	420	450	635	645	655	455	200,00
AM	PE Rio Negro Setor Sul/RDS Puranga	-	315	375	375	390	435	455	-20,00

Continuação - Anexo II: Somatório, percurso e lacuna para consolidação – UCs em Grau I

OG	UC	Somatório Pontuação 2010	Somatório Pontuação 2011	Somatório Pontuação 2012	Somatório Pontuação 2013	Somatório Pontuação 2014	Somatório Pontuação 2015	Pontuação necessária para consolidação	Lacuna
PA	PE Serra Dos Martírios/Andorinhas	-	540	495	495	555	495	455	40,00
PA	REBIO de Maicuru	-	215	215	215	415	440	455	-15,00
PA	Estação Ecológica do Grão Pará	-	230	215	215	430	455	455	0,00
AM	RESEX Rio Gregório	330	385	405	405	490	540	455	85,00
ICMBio	RESEX Rio Cajari	-	340	345	345	330	345	455	-110,00
AM	RDS do Juma	-	375	385	415	430	530	455	75,00
ICMBio	RESEX Medio Purus	125	340	425	425	465	465	455	10,00
ICMBio	PN Nascentes Do Lago Jari	-	260	310	310	395	450	455	-5,00
ICMBio	RESEX Rio Ituxi	130	220	370	370	310	320	455	-135,00
ICMBio	PN Mapinguari	-					370	455	-85,00
AM	RDS Rio Negro	-	235	275	320	320	365	455	-90,00
AM	RDS Igapó-Açu	-	180	105	105	395	525	455	70,00
AM	RESEX Canutama	-	235	190	200	315	460	455	5,00
AM	PE do Matupiri	-	100	105	120	295	385	455	-70,00
ICMBio	RESEX Renascer	5	60	190	190	355	315	455	-140,00
MT	Estação Ecológica do Rio Roosevelt	-	190	230	230	240	255	455	-200,00
AM	RDS do Rio Madeira	-	370	385	385	395	455	455	0,00
ICMBio	ESEC Alto Maués	-	-	-	-	-	5	455	-450,00

Anexo III: Somatório, percurso e lacuna para consolidação – UCs em Grau II

OG	UC	Somatório Pontuação 2010	Somatório Pontuação 2011	Somatório Pontuação 2012	Somatório Pontuação 2013	Somatório Pontuação 2014	Somatório Pontuação 2015	Pontuação necessária para consolidação	Lacuna
TO	PE DO CANTÃO	1280	1280	1290	1290	1300	1305	1250	55,00
ICMBio	PN VIRUÁ	-	845	1050	1145	1250	1260	1250	10,00
ICMBio	REBIO DO JARU	-	1250	1250	1250	1250	1205	1250	-45,00
ICMBio	PN DE ANA VILHANAS	735	655	910	910	1075	1225	1250	-25,00
ICMBio	REBIO DO RIO TROMBETAS	1115	1080	1140	1140	1185	1135	1250	-115,00
MT	PE IGARAPES DO JURUENA	875	1155	1155	1155	1160	1065	1250	-185,00
AM	RESEX CATUA-IPIXUNA	-	890	875	875	955	995	1250	-255,00
ICMBio	REBIO DO UATUMÃ	1065	1125	1205	1205	1160	1110	1250	-140,00
ICMBio	RESEX CAZUMBA-IRACEMA	920	920	845	805	960	955	1250	-295,00
AM	RDS UACARÍ	880	920	965	895	910	960	1250	-290,00
ICMBio	ESEC RIO ACRE	-	570	580	580	755	925	1250	-325,00
ICMBio	ESEC JUAMI-JAPURÁ	-	920	885	885	885	900	1250	-350,00
ICMBio	REBIO DO TAPIRAPÉ		905	1075	1065	1110	1015	1250	-235,00
ICMBio	RESEX RIO OURO PRETO	-	655	610	540	810	975	1250	-275,00
ICMBio	PN DOS CAMPOS AMAZÔNICOS	-	450	645	640	860	915	1250	-335,00
RO	PE DE GUAJARA-MIRIM	-	815	725	725	830	815	1250	-435,00
AC	PE CHANDLESS	-	760	850	810	895	1080	1250	-170,00
ICMBio	PN DO CABO ORANGE	-	850	880	870	870	870	1250	-380,00

Continuação - Anexo III: Somatório, percurso e lacuna para consolidação – UCs em Grau II

OG	UC	Somatório Pontuação 2010	Somatório Pontuação 2011	Somatório Pontuação 2012	Somatório Pontuação 2013	Somatório Pontuação 2014	Somatório Pontuação 2015	Pontuação necessária para consolidação	Lacuna
ICMBio	PN DO JAÚ	910	910	810	810	895	965	1250	-285,00
ICMBio	REBIO DO LAGO PIRATUBA	-	795	955	885	965	980	1250	-270,00
ICMBio	RESEX BAIXO JURUÁ	525	720	865	825	945	1005	1250	-245,00
ICMBio	RESEX DO LAGO DO CAPANÃ GRANDE		850	685	645	820	725	1250	-525,00
RO	PE DE CORUMBIA RA	960	1000	1000	1000	1075	1010	1250	-240,00
ICMBio	PN MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE	-	815	900	890	875	765	1250	-485,00
ICMBio	REBIO DO GURUPI	-	790	585	585	740	960	1250	-290,00
ICMBio	RESEX AUATI-PARANÁ	-	630	635	635	680	905	1250	-345,00
ICMBio	RESEX CHICO MENDES	-	605	630	630	735	775	1250	-475,00
AM	RDS CUJUBIM	-	585	675	675	855	880	1250	-370,00
AM	PE RIO NEGRO SETOR NORTE	725	755	750	880	880	920	1250	-330,00
MT	PE CRISTALINO	-	735	680	715	640	740	1250	-510,00
ICMBio	PN DA SERRA DO PARDO	-	295	410	370	590	675	1250	-575,00
ICMBio	RESEX RIOZINHO DO ANFRÍSIO	-	740	745	705	705	730	1250	-520,00
ICMBio	ESEC DA TERRA DO MEIO	-	405	465	465	540	695	1250	-555,00
ICMBio	RESEX RIO IRIRI	-	570	615	575	575	615	1250	-635,00
ICMBio	RESEX VERDE PARA SEMPRE	-	355	225	220	430	550	1250	-700,00
ICMBio	RESEX Rio Xingu	315	400	490	490	460	840	1250	-410,00
ICMBio	ESEC DE MARACÁ	-	580	870	970	975	1015	1250	-235,00
ICMBio	PN DO JAMA NXIM	-	225	240	170	110	185	1250	-1065,00

ANEXO IV– Soma dos recursos¹³ investidos nas UCs - Fundo de Transição (executado até agosto de 2015) e contrapartida (referente a 2014), em reais.

Unidade de Conservação	Órgão Gestor	Recurso Contrapartida	Fundo de Transição	TOTAL
Mosaico do Apuí	SEMA/AM	112.253,58	105.521,08	217.774,66
PE Cantão	Naturatins/TO	498.401,58	174.807,56	673.209,14
PN Juruena	ICMBio	689.041,68	160.737,47	849.779,15
REBIO Jarú	ICMBio	653.804,46	170.186,39	823.990,85
RESEX Arapixi	ICMBio	105.477,13	79.544,18	185.021,31
RESEX Rio Jutai	ICMBio	173.154,54	107.319,92	280.474,46
RESEX Rio Xingu	ICMBio	43.474,42	153.069,55	196.543,97
Total		2.275.607,39	951.186,15	3.226.793,54

¹³ O recurso de contrapartida é referente ao ano de 2014

O recurso de doação é referente ao período de novembro de 2014 a outubro de 2015